

A RELEVÂNCIA DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA: AS MUDANÇAS OCORRIDAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE PALMAS (TO)

Nilde Cardoso de Oliveira
Denise Aquino Alves Martins
Universidade Federal do Tocantins
Programa de Educação Tutorial do Curso de Pedagogia do Campus de Palmas
Sessão de Comunicação Livre
Estado e Políticas Educacionais

As mudanças ocorridas na Educação Infantil estão ligadas a fatores políticos, econômicos e sociais, pois nos séculos XV e XVI novos modelos educacionais foram criados para contrapor aos desafios constituídos pela sociedade da época. Sendo, que a educação era organizada conforme a pobreza, pois, não era vista como um direito da criança e de seus familiares, mas como uma caridade para qual não se destinava grandes investimentos. Atualmente se vê um grande salto na Educação Infantil em relação ao passado em que as crianças não eram vistas como ser social e histórico. Hoje a educação infantil é voltada para educar, cuidar e brincar, para uma formação integral, que seja capaz de despertar nas crianças o seu desenvolvimento psicológico, físico, social, cognitivo, possibilitando uma educação que reconheça a criança como um ser pensante e autônomo. Ainda não desfruta da relevância legal do Ensino Fundamental, reconhecido como um direito público subjetivo, mas tem sua oferta garantida, constitucionalmente, a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, sobre tudo os menos favorecidos.

Palavras-chave: infância; Educação Infantil; organização política.

1 Introdução

Este trabalho aborda os avanços da organização política na Educação Infantil desde assistencialista a concepção de educar e ensinar, bem como uma breve análise da maneira sistêmica como a educação infantil está sendo atendida em Palmas (TO) através das creches cujo atendimento é de dez horas diárias de atividades educativas a fim de atender todos os quesitos da sociedade. O município de Palmas tem atendido a comunidade com vista nas diretrizes e normas para a educação infantil, tendo como objetivo produzir qualidade na educação com a concepção da creche de tempo integral proporcionando mais oportunidade para as crianças.

1.1 Concepções e mudanças

A educação e os cuidados das crianças por muitos séculos ficaram somente sobre a responsabilidade da família, particularmente das mães e de outras mulheres da própria família. Com as mudanças sociais, principalmente a revolução industrial, as mulheres foram levadas a sair de casa em busca de trabalho, surgindo assim a necessidade de um espaço que pudesse amparar os filhos das mães trabalhadoras.

Segundo afirma Oliveira,

[...] a concepção de infância é, portanto, uma construção social e histórica e varia de acordo com a organização da sociedade. As mudanças ocorridas na

Educação Infantil estão ligadas a fatores políticos e econômicos, nos séculos XV e XVI, novos modelos educacionais foram criados para contrapor aos desafios constituídos pelo modo como a sociedade européia se desenvolvia (2002, p 28?).

Com a inclusão das mães no mercado de trabalho, as crianças ficavam sem os cuidados básicos necessários para a sua sobrevivência, o que provocou aumentos nas taxas de mortalidade infantil, desnutrição e acidentes domésticos. Estes problemas passaram a chamar a atenção dos religiosos, empresários e educadores. A creche surge, então, como uma solução paliativa dentro de um contexto assistencialista e de cuidados, e a criança passam a ser vista como um problema dentro da sociedade.

A idéia de abandono, pobreza culpa, favor e caridade impregnam, assim, as formas precárias de atendimento a menores nesse período e por muito tempo vão permear determinadas concepções acerca do que é uma instituição que cuida da educação infantil, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família. (OLIVEIRA, 2002, p. 59).

Segundo Oliveira (2002), “o termo creche, vem do termo francês *crechè* equivalente à manjedoura, presépio, que além de cuidar também educava, mas nesse tipo de educação predominava quase exclusivamente o contexto doméstico”.

Observa-se que a primeira noção de atendimento infantil possuía meramente um caráter assistencialista e caritativo, vinculado apenas aos cuidados de higiene e alimentação. Nesta época a criança era considerada um adulto em miniatura, uma vez que nenhum sentimento de infância existia. “Antes da revolução industrial, logo que a criança era desmamada esta era vista como um pequeno adulto e ajudava nas atividades cotidianas em que era obrigado aprender o básico para sua integração no meio social” (OLIVEIRA, 2002, p 38).

A Educação Infantil ao longo da história teve diferentes formas e concepções, tendo como público primeiro as crianças pobres, filhos de operárias e órfãs, atendendo posteriormente as crianças da elite social. Seu destino principal era o atendimento de crianças pobres e era organizada conforme a pobreza. O serviço prestado era bastante precário, seja ele oferecido pelo o poder público ou pelas entidades religiosas e filantrópicas. A educação não era vista como um direito da criança e de seus familiares, mas como uma caridade para qual não se destinava grandes investimentos.

No Brasil, as creches e os parques infantis não existiam até meados do século XIX. A maior parte da população se concentrava na zona rural e as crianças órfãs ou abandonadas recebiam os cuidados das famílias de fazendeiro. Nas cidades, os bebês abandonados pelas mães, eram recolhidos nas “rodas de expostos¹” existentes em algumas cidades desde o início do século XVIII.

Na segunda metade do século XIX, criaram - se as primeiras creches no Brasil: em 1875 no Rio de Janeiro e em 1877 em São Paulo. Foram criados, também, os primeiros jardins-de-infância sob os cuidados de entidades privadas que tinha como objetivo preservar a infância.

Segundo Mariza Abreu (2002) a história da educação das crianças com idade inferior a sete anos no Brasil soma mais de cento e cinquenta anos com um crescimento significativo a partir dos anos 70, como comprovam os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep 2002) em suas pesquisas sobre a

¹Roda de expostos

A roda dos expostos, que teve origem na Itália durante a Idade Média, aparece a partir do trabalho de uma Irmandade de Caridade e da preocupação com o grande número de bebês encontrados mortos. Tal Irmandade organizou em um hospital em Roma um sistema de proteção à criança exposta ou abandonada.

educação infantil (Brasil MEC, primeira infância 2007).

Somente no início do século XX, começam ecoar os direitos da criança. Devido uma divulgação de fotografias de crianças famintas e vítimas da guerra, que se deu início ao movimento de defesa dos direitos da criança, segundo Soares (1997), deu base para a elaboração da Primeira Declaração Universal dos Direitos da Criança, em Genebra, 1923. Composta de cinco princípios gerais, a Declaração acentuava, acima de tudo, a premissa de que a criança deveria estar em primeiro lugar e necessita de imediata proteção e auxílio.

Percebe-se, a partir daí, um grande salto na educação infantil em relação ao passado em que as crianças não eram vistas como ser social e histórico. Hoje a educação infantil é voltada para educar, cuidar e brincar, retornando para uma formação integral, que seja capaz de despertar nas crianças o seu desenvolvimento psicológico, físico, social, cognitivo, possibilitando uma educação que seja capaz de reconhecer a criança como um ser pensante e autônomo.

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil corresponde hoje, a primeira etapa da educação básica. Infelizmente, ainda não desfruta da relevância legal do Ensino Fundamental, reconhecido como um direito público subjetivo, mas tem sua oferta garantida, constitucionalmente, a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, principalmente aquelas proveniente das classes menos favorecidas.

Somente após a Constituição Federal de 1988 que o Brasil conseguiu um salto maior em relação à educação infantil, estabelecido no artigo 208: “IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 cinco anos de idade. Ressaltando que foi a partir desta lei é que a criança passou a ter direito educacional garantido em lei”. (BRASIL, 1988)

Cabe ao sistema educacional dos municípios ofertarem a educação infantil com qualidade, permitindo que estas crianças possam vir a se desenvolver da mesma forma que as crianças de um nível social mais elevado.

A LDB 9.394/96 (art. 29/30) define a educação infantil primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando com a ação da família e da comunidade e será oferecida em: creches e instituições de educação infantil para crianças de zero até cinco anos de idades.

A educação infantil definiu-se da seguinte forma: “A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” (LDB nº 9.394/96, art. 29).

A maneira como a infância é vista atualmente é também mostrada no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, que vem afirmar que “as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio” (Brasília, 1998).

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é indispensável às riquezas e a diversidade nas experiências que lhe são oferecidas nas instituições de educação infantil. O RCNEI vol.1 enfatiza que:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o não brincar. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação esta implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. (Brasília, 1998).

Segundo afirma o referencial curricular nacional de educação infantil-RCNEI

vol.2, a criança é um ser social que nasce com capacidade afetiva, emocional e cognitiva, tem o desejo de estar próxima das pessoas e é capaz de interagir e aprender com elas de forma que possa compreender e influenciar o seu ambiente.

1. 2 Direitos da criança à educação

No Brasil, a educação infantil criou força com a Constituição Federal de 1988, bem como as lutas dos movimentos sociais que também contribuíram para garantir a educação das crianças de zero a cinco anos, pois aí concretiza no papel a educação infantil, sendo que na prática ainda está caminhando.

Ainda focalizando a Constituição de 1988 a mesma trouxe um grande avanço na educação infantil, estabelecendo-a como um dever do estado por meios dos municípios, garantirem a educação infantil com acesso para todas as crianças de zero a cinco anos de idade. Devido a essas mudanças de concepção a educação infantil deixou-se de constituir como caridade para se transforma, em educação e cuidado.

A partir de 1996 com a Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) e uma série de documentos legais foram produzidos com o intuito de definir critério de qualidade e de infraestrutura das unidades destinada à educação infantil, criança de zero a três creches e de quatro a cinco pré-escolas.

A evolução na educação infantil deste da Constituição de 1988 vem cada vez mais sofrendo mudanças entendemos que essas mudanças na educação infantil tem sido de grande valia, pois a Lei 9.394/96 estabeleceu em seu artigo o atendimento a crianças em creches com a idade de zero a três anos e pré-escola de quatro a cinco anos de idade bem como decretou, a educação infantil a primeira fase da educação básica, rompendo assim com uma antiga tradição de assistencialista.

Os responsáveis pela educação infantil e pelas políticas publicam alimentam varias expectativa acerca das habilidades especifica e da educação de cada criança, daí estabelecem metas que chega a ser adverso em relação ao que ela deve alcançar, no entanto são expectativas e metas que é fortemente condicionada a classe social da população atendida (OLIVEIRA 2002, p 37)

Nos municípios com atenção voltada para o contexto político social e histórico as creches e instituições de educação infantil mantida pelo poder público priorizam suas matriculas e vagas para filhos de pais trabalhadores e famílias de baixa renda.

Compreender que hoje as instituições de educação infantil se preocupam em garantir o desenvolvimento e o aprendizado das crianças pequenas sem deixar o cuidado básico da criança, no entanto ainda temos visões errôneas sobre as instituições de educação infantil, por ela ter sido vista ao longo da história como um refúgio para as crianças, principalmente as que são desprovidas de cuidados domésticos.

No município de Palmas antes da idéia de creches institucionalizadas, existia um programa chamado de “mãe crechera” que se restringiam somente ao assistencialismo e o brincar, tinha como objetivo atender os filhos de mães trabalhadoras que não tinha com quem deixar os filhos. Este programa pertencia a Assistência Social do município, pois o a Secretaria de Educação contava com três creches que atendia a educação infantil.

No entanto o programa não contava com professores qualificados, era mães que se colocou a disposição para cuidar de crianças bem como de seus próprios filhos limitando o desenvolvimento dessas crianças, pois elas revelam o seu esforço para compreender o mundo em que vivem e geralmente é por meio das brincadeiras que revelam as condições de vida a que estão submetidos, seus anseios e desejos.

Ressaltando que atualmente as creches no município de Palmas não se limitam somente aos cuidados como o atendimento de necessidade física das crianças deixando-as apenas confortável em relação ao sono, a fome, a sede e a higiene. Incluem um cuidado com a segurança física bem como psicológicas e lhe garante oportunidade de exploração e de construção nos sentidos pessoais.

Nota-se que o município tem investido na educação infantil de tempo integral no qual atende crianças de zero a cinco anos, com uma rotina diária de dez horas de atividades educativas.

Pois nesse ambiente de educação a criança se sente cuidada, elas percebem que há uma preocupação com seu bem estar físico bem como o desenvolvimento intelectual, pois o educar e o cuidar de criança é uma forma de acolher um ser pequeno e frágil que sente necessitado de receber amor e carinho, e o direito de está inserido na educação. Sendo assim a educação infantil não é uma obrigação, mas é vista pelo o município de Palmas como um direito da criança, e da família.

Hoje a Secretaria de educação conta com 20 Centros Municipal de Educação Infantil (CMEI's) implantados, totalizando assim mais de 7.500 crianças atendidas nas creches do município, todos estes centros de educação infantil contam com professores de educação infantil qualificado e pedagogos em diversas áreas de atuação, bem como professores de educação física com graduação ou em andamento. Nos CMEI's além dos cuidados habituais, as crianças têm seu primeiro contato com as letras e os números, descobrem cores e forma desenvolvendo a capacidade de convívio social e suas capacidades cognitivas são estimuladas é oferecida as noções de higiene pessoal para cada criança.

A secretaria de educação traçou algumas metas para ser alcançada em 2009, como 50% das crianças em regime integral, contando também com 9.000 matrículas na educação infantil. Sendo assim o município de Palmas conta hoje com ²1.977 creches em regime integral e com previsão para concretizar estes dados até no final do ano corrente com a entrega de mais 5 Cmei's, oferecendo assim pelo menos 1.600 vagas ou seja 1.600 crianças participando de atividade educativa.

Notamos como é importante a maneira como cada criança se ver a se própria, pois ai ela expressa como ela é vistas pelos outros, ou melhor, pelo o adulto.

A criança é um ser social e histórico, que faz parte de uma organização familiar inserida em uma sociedade caracterizada por uma determinada cultura, ver na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, pois as crianças são donas de uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo com uma habilidade bem próprio de Criança.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e o meio em que vivem, envolvendo a brincadeira no contexto educacional, principalmente na educação infantil, que é visto como forma de desenvolver as habilidades, proporcionando à criança oportunidade de vivenciar de modo pleno sua infância. Assim, a criança é considerada em sua totalidade garantindo-lhe o respeito as suas necessidades, ao dar-lhe oportunidade de aprendizagem em diferentes situações no seu cotidiano escolar.

2 Considerações finais

Pensar na educação infantil ao longo de nossa história no município de Palmas, enquanto categoria social como a conhece hoje e da criança como sujeito de Direitos,

² Fonte: SAI/ SEMED

perpassa uma intrincada rede de relações e interesses da sociedade contemporânea diante da criança e de sua educação.

As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as pessoas e o meio em que vive sendo este um processo cultural e não só natural da espécie humana.

Vale ressaltar como a educação infantil está sendo organizada no município de Palmas (TO), visando o desenvolvimento da criança e a qualidade da aprendizagem destas de forma pedagógica no qual envolve seus direitos a educação e a brincadeira, que é fundamental para o seu desenvolvimento.

Portanto a educação infantil em Palmas está sendo consolidada na forma como se organiza (ou é preconizado?) para oferecer uma educação de qualidade na infância de cada criança palmense, pois analisar a especificidade das crianças significa reconhecê-las como cidadãs e, portanto, como possuidoras de direitos.

Diante dos avanços das políticas para a Educação Infantil no Brasil, resta nos questionarmos sobre a qualidade da educação oferecida, bem como é importante ressaltar, que não basta apenas o acesso à educação, mas também a permanência e a qualidade do ensino, garantindo o direito da criança à educação comprometida com a cidadania e a inclusão da criança na sociedade pela qual ela se encontra inserida.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Mariza. **Organização da educação nacional na constituição e na LDB..3.** ed.-Ijuí :Ed.Unijuí, 2002.

BRASIL, Constituição; da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Lei de Diretriz e Base de Educação Nacional 9.394/96, 1996.

_____. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, vol 1 e 2, 1996

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002. — (coleção Docência em Formação)

TEMPO INTEGRAL : Revista de Educação da Prefeitura Municipal de Palmas. Palmas-To: SEMED, v. 1, n° 11 jan. a maio, 2009. 05 p.

http://www.palmas.to.gov.br/educacao/educ_infantil.asp

acesso em 30/07/2009 as 11:37.